



IDENTIDADE PROFISSIONAL DO(DA) ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO:

sínteses e análises teóricas

SOUZA, Iris de Lima¹

RESUMO: O debate sobre a atuação do(da) assistente social na política de educação, particularmente, nas redes públicas de educação básica, ganha maior evidência com a promulgação da Lei 13.935/2019 e da discussão das suas competências no processo de intervenção em escolas públicas. Assim, debater sobre a identidade profissional do(da) assistente social na educação, a partir de sínteses e análises teóricas, é o objetivo deste trabalho, considerando que é imperativo compreender essa categoria de análise. É um estudo com abordagem qualitativa, objetivos exploratórios, descritivos e explicativos, e procedimentos de pesquisa bibliográfico e documental. Ao conhecer e compreender a sua identidade profissional, assim como, as suas competências para atuar na educação básica, o(a) assistente social tem a possibilidade de, cada vez mais, validar o seu trabalho em escolas e ser reconhecido como profissional da educação que pode contribuir no processo político-pedagógico das instituições públicas de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade Profissional; Educação; Serviço Social.

INTRODUÇÃO

A política de educação, mesmo com os avanços conquistados ao longo do tempo, resultante de uma lenta e difícil construção histórica, social e cultural, ainda encontra em sua efetivação disparidades que tornam os seus princípios e diretrizes desconexos dos parâmetros constitucionais (em muitas localidades do país), deixando lacunas diante da ausência ou minimização de um sistema educacional nacional de qualidade para toda a população brasileira.

Como uma das políticas sociais de proposição e atuação da(o) profissional de Serviço Social, o espaço ocupado na política de educação data desde o seu período de profissionalização, nos anos 1930. Contudo, é nos anos 1980 que essa política pública se configura ainda mais como plausível da inserção e atuação de assistentes sociais nos espaços de educação formal, haja vista, a educação ser pautada na Constituição Federal de 1988 como direito de todos e dever do Estado e da família. Salienta-se que, essa inserção e atuação é diferenciada por região e município diante das demandas, necessidades, efetividade e eficiência para execução da política de educação.

¹ Assistente social, Pós-Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS-UFRN). O presente trabalho conta com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), Código de Financiamento 001 - irisdelimasouza@gmail.com.



A educação básica nas escolas, particularmente, é o nível de ensino que, em tempo presente, se delimita mais fortemente como espaço de trabalho da(do) assistente social diante à promulgação, em 11/12/2019, da Lei 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica, em âmbito nacional. Esse nível de ensino, em suas modalidades de ensino infantil, fundamental e médio, é parte das discussões da categoria profissional sobre o ensino público de qualidade, laico e gratuito a ser garantido a toda população.

Pensar as perspectivas de atuação de assistentes sociais na educação básica, em escolas públicas, exige considerar, dentre outros fatores, qual a identidade profissional assumida historicamente e nos tempos atuais nesse espaço sócio-ocupacional. Dessa forma, debater sobre a identidade profissional do(da) assistente social na educação, a partir de sínteses e análises teóricas, é o objetivo deste trabalho, considerando que é imperativo compreender essa categoria de análise.

O perfil pedagógico, os saberes e as competências (construídos no processo formativo e no exercício profissional), formadores da identidade profissional dos(as) assistentes sociais, precisam ser compreendidos e analisados dentro da arquitetura processada na realidade contemporânea.

Com base nessas considerações, trazendo recortes analíticos de estudos passados, dialogados com questões teóricas presentes, é que se estrutura esse trabalho propondo uma metodologia de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e objetivos exploratórios, descritivos e explicativos.² Formatam-se, assim, sínteses teóricas a partir de procedimentos de pesquisa plasmados em levantamento bibliográfico e documental sobre o Serviço Social na educação e a identidade profissional de assistentes sociais na educação.

PREMISSAS DE ANÁLISE DA CATEGORIA IDENTIDADE PROFISSIONAL

² Desde os anos 2000, a autora pesquisa e dialoga sobre a temática do Serviço Social na Educação. Em 2001 defendeu a monografia de Especialização sobre a dimensão social e educativa do assistente social na educação; em 2003 dissertou, no Mestrado em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sobre as demandas nas escolas para a necessária inserção de assistentes sociais nesse espaço; e em 2008 defendeu a Tese de Doutorado, no mesmo Programa e Universidade, com publicação em livro, em 2012, intitulado: Serviço Social e Educação: que saberes? Que competências? Trechos desse trabalho têm discussões já apresentadas no citado livro, cuja referência encontra-se ao final. Na atualidade, o tema continua sendo estudado no Pós-Doutorado em Serviço Social (PPGSS-UFRN).



O tratamento dado neste trabalho ao conceito identidade profissional é na perspectiva de que a atuação do(da) assistente social, em seus diferentes espaços socioocupacionais e políticas públicas e sociais, requer o conhecimento da categoria de Serviço Social dos elementos representativos da profissão e a maneira como essa representatividade é passada na sociedade, ou seja, como o profissional gostaria de ser percebido.

Na política de educação, o(a) assistente social, aparando pelas interlocuções com os órgãos formativos e representativos da profissão, se percebe como especialidade profissional que pode contribuir no projeto político-pedagógico dos estabelecimentos de ensino, com os interesses e demandas da comunidade escolar e, em sua totalidade, para a qualidade da educação a partir da viabilidade da garantia dos direitos sociais, ampliação e prestação de serviços sociais e pedagógicos nas escolas (CFESS, 2011).

Essa identidade profissional, construída ao longo da história de formação e exercício da profissão de Serviço Social, tem início em 1932 com a criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) e, em 1936, com a criação da primeira Escola de Serviço Social, também em São Paulo. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982)

O pressuposto inicial ao tratar dessa categoria, identidade profissional, é de que cada indivíduo e profissão carrega em si uma identidade característica, pessoal e intransferível. Por vezes esta é modificada, diante do cenário em que se encontra e das relações construídas e, em outro momento, esta perde a sua vitalidade frente ao medo do desconhecido, do não reconhecimento e de costumes que ditam o que deve ser aceito socialmente dentro de uma lógica de regras e valores culturais. O processo de construir e reconstruir a identidade não acontece de forma isolada, mas no coletivo com diferentes imagens, valores e símbolos que refazem o eu cotidianamente.³

É por meio da relação com o outro, em espaços públicos ou privados – cujo meio em que interage contribui para o seu crescimento e desenvolvimento –, que o indivíduo se constrói, sendo a identidade um processo adquirido, lento e laborioso que ocorre na trama das diferenças individuais, grupais e institucionais. Como um elemento que está continuamente em transformação e evolução, a identidade comporta quatro necessidades/dimensões psicopedagógicas que a forma: afetivas, cognitivas, sociais e de valores. (PORTUOIS; DEMET, 1999, p. 57-65).

³ O presente texto trabalha com algumas obras não específicas do Serviço Social que contribuem, substancialmente, para tratar da categoria identidade. Categoria trabalhada na perspectiva da identidade pessoal e profissional, afinal, uma não está dissociada da outra.



Para Hall (2014), falar de identidade é vinculá-la à história, à linguagem, à cultura, recursos esses que produzem não aquilo que as pessoas são, mas aquilo que elas se tornam. Nessa perspectiva, a identidade

[...] têm a ver tanto com as questões ‘quem nós somos’ ou ‘de onde nós viemos’, mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’. (HALL, 2014, p. 109).

Woodward (2014) comunga com Hall (2014) quando considera que a identidade é marcada pela diferença; quando o sujeito frente ao outro – desconhecido, de cultura e com características diferentes – se descobre com aquilo que lhe falta, com uma identidade que ao mesmo tempo que lhe difere dá condições para a sua existência. Trazendo essa ideia para o campo das áreas de conhecimento, particularmente nas ciências sociais, Martinelli (2005) também situa a identidade no campo da diferença, da alteridade, da diversidade, do encontro entre múltiplos saberes e práticas. (MARTINELLI, 2005, p. 68).

Pensando essas questões no campo da profissão do Serviço Social, nota-se como historicamente e culturalmente esta tem uma identidade marcada pela opinião do outro sobre si. O(a) assistente social, ainda em tempos modernos, mesmo que bem menos, tem sido considerado como um profissional que tem características que expressam bondade, ajuda aos outros, que intervém junto aos problemas sociais, e apenas junto a indivíduos e comunidades em situação de pobreza. Essa ideia do senso comum percorre na sociedade reforçando e sustentando uma identidade difícil de ser modificada no coletivo, nas relações com os usuários e outras especialidades profissionais.

Ainda que na base da categoria profissional, nos encontros políticos e científicos da profissão, se conceba que o Serviço Social avançou e deve ser pensado como profissão não só interventiva, mas, sobretudo, propositiva e criativa, a representação que alguns profissionais – da base e de outras especialidades – fazem de si (validando uma postura e prática benevolente e acrítica) provoca uma resistência à mudança, a ousar e a atuar em outros espaços, a assumir outras identidades e reconstruí-la. Como diz Guzman (2005), ao tratar da identidade profissional dos Trabalhadores Sociais do Chile,

As pessoas constroem uma imagem de nós como de solucionador de problemas de diferentes tipos e nos vemos da mesma maneira: ajudando a resolver problemas, gerando processos de desenvolvimento e autorreflexão e construindo melhores mecanismos para satisfazer necessidades. (GUZMAN, 2005, traduzido pela autora).



Alguns teóricos clássicos do Serviço Social (brasileiros, latino-americanos)⁴ debruçam-se sobre a origem e a trajetória da profissão enfocando pensamentos, tendências, por vezes diferenciadas na sua natureza, registrando que a identidade profissional do(da) assistente social se constrói subordinada a outra, atrelando-se a uma lógica histórica, cultural, política, econômica em um dado período.

No século XIX, o Serviço Social surge como um dos recursos mobilizados pelo Estado, pelo Capital (articulado com um projeto burguês de hegemonia), com apoio decisivo da Igreja Católica, para fazer frente à questão social que se impunha em decorrência da alteração das relações de força na sociedade baseada na conexão capital x trabalho, dentro do processo de industrialização dos anos 1930.⁵

O processo industrial capitalista cria classes sociais antagônicas, com interesses divergentes que geram situações conflitantes entre a burguesia e o proletariado. Além disso, o avanço das lutas de natureza popular, como enfrentamento das imposições e exigências do trabalho industrial (trabalho da mulher, jornada excessiva de trabalho do menor, valorização da máquina e do lucro), exigiu um tipo de ação profissional para adequar os trabalhadores à dinâmica do novo sistema e discipliná-los.⁶

Tendo como base um trabalho calcado na filantropia e em ações emergenciais à camada pauperizada da sociedade, o Serviço Social começa a ser executado por mulheres consideradas piedosas, pelas ricas damas da caridade, em uma sociedade com visível divisão social de classes e de trabalho no início do século XIX. Com a expansão do capitalismo e, conseqüentemente, o agravamento das questões sociais, as agentes da caridade entram em cena para manter a ordem social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1993)

Na segunda metade do século XIX, as ações de cunho assistencial pautavam-se numa lógica religiosa e ideológica, exercida de forma assistemática, em caráter não profissional, mas sim voluntário, das classes com maior poder aquisitivo para com as que possuíam poucos bens. Vem à tona a necessidade de todos praticarem o bem, realizarem ações de beneficência com o próximo, preocupar-se com os problemas sociais.

Ao emergir como demanda da burguesia para trabalhar o operariado insatisfeito, o Serviço Social assume um perfil de controle frente a classe emergente que começa a reivindicar e exigir participação política, e devendo atender aos interesses da burguesia e

⁴ Entre outros, Ottoni (1978), Montañó (2000), Ander-egg (1974), Bartlett (1979), Paulo Netto (2000), Castro (1993), Yazbek (2005), Martinelli (1991, 2005), Iamamoto (1994, 1999, 2001, 2005), Faleiros (1999 e 2000).

⁵ Martinelli (1991) destaca que o surgimento do Serviço Social no Brasil remonta os primeiros anos da década de 30 tendo como referência o Serviço Social Europeu.

⁶ Enfatiza-se que “Era crucial para o capitalismo manter sempre escondida, ou no mínimo dissimulada, essa massacrante realidade por ele produzida, evitando que suas próprias contradições e antagonismos constituíssem fatores propulsivos da organização do proletariado e da estruturação de sua consciência de classe.” (MARTINELLI, 1991, p. 61).



dos trabalhadores através dos serviços de saúde, creche, educação, moradia, assistência e demais serviços públicos sociais.

Como resume Martinelli (2005), é uma profissão que emerge com uma “identidade atribuída” - “mistificada ilusão de servir”, de ajustar os desajustados -, tendo sido “[...] roubadas as possibilidades de construir formas peculiares e autênticas de prática social, expressando-se sempre como um modo de aparecer típico do capitalismo, em sua fase industrial.”. (MARTINELLI, 2005, p. 66). Em síntese, uma identidade caracterizada pela subordinação ao capital e pelo controle social.

Nesse cenário, pode-se dizer que a categoria construiu uma identidade fragilizada (alienada e alienante) calcada nos ditames capitalista, burguês, religioso, tendo sido bloqueada pela falta de uma mobilização que gerasse consciência social e crítica da posição em que se encontrava, da prática que exerciam e dos ideais que transmitiam.

Nas décadas de 1920 a 1930, o Serviço Social orientou-se como uma profissão socialmente importante, com a tarefa de socializar o proletariado no capitalismo adotando uma concepção meramente paternalista, atuando ainda, na concepção de Estevão (1984), com uma identidade alienada. São as “[...] Ligas das Senhoras Católicas e a Associação das Senhoras Brasileiras que vão assumir a educação social dos trabalhadores urbanos brasileiros, dentro de uma perspectiva de assistência preventiva e do apostolado social”. As atividades iniciais que as futuras assistentes sociais se incumbiriam pautavam-se na prevenção da chamada “desestruturação” das famílias proletárias, na regularização legal da união entre os casais, no preenchimento e encaminhamento de formulários e fichários dos usuários atendidos, na realização de cursos de formação moral, bem como outras tarefas assistenciais e pontuais. (ESTEVÃO, 1984, p. 47).

Os preceitos éticos, a dedicação e a vocação eram aspectos relevantes à atuação do(da) assistente social, visualizando o Serviço Social como causa a ser defendida (YAZBEK, 1980). Com a expansão das escolas de Serviço Social, a prática da assistência deixa de ser exclusivamente centrada na caridade. Vinculam-se, assim, objetivos mais amplos e fundamentados, apoiados em bases e conhecimentos mais consistentes.

Com a institucionalização do Serviço Social no Brasil, no século XX, os assistentes sociais começam a ocupar cargos em instituições governamentais, tendo legalizada a profissão. Os problemas sociais passam a ser tratados de forma individual – atendimento de casos – e os Profissionais do Serviço Social necessitavam de uma dose de neutralidade, tratando os casos com certo distanciamento para não se envolverem emocionalmente e mudarem suas visões ideológicas – existia, ainda, uma visão mais fundamentada em aspectos doutrinários do que científicos.



A partir de então, passou-se a exigir para as agências de formação uma ação profissional que rompesse “[...] com as características que marcaram o surgimento e a evolução do Serviço Social no Brasil, como o confessionalismo, o paroquialismo, o assistencialismo, o filantropismo, etc [...]”. (NICOLAU, 1999, p. 125). Via-se, ainda, neste período, uma identidade profissional e uma consciência sociopolítica fragilizada, em termos do profissional ainda estar atrelado a uma ideologia hegemônica, que buscava o controle da classe dos trabalhadores e a legitimação dos setores dominantes e do Estado.

É a partir da década de 1960 que o Serviço Social no Brasil começa a expandir-se, tanto em termos profissionais (considerando um maior número de Assistentes Sociais de diferentes classes sociais), como em aspectos teórico-metodológicos. Inicia-se o período crítico-reflexivo da Profissão, questionando as origens dos problemas sociais e a realidade histórico-social. Nesse período de Ditadura, iniciam as mobilizações dos movimentos sociais contra o Estado autoritário e em defesa dos direitos humanos; começa a se questionar e refletir na sociedade a insatisfação popular, a reivindicar mudanças que contemplassem as classes populares. Começa a se rever, desde então, o *status quo* e a prática institucional - os Assistentes Sociais, que antes adotavam uma postura de neutralidade frente aos casos que orientavam, passam a ter uma percepção mais questionadora da sociedade, repensando a sua prática e os valores trabalhados na profissão.

Atuando estrategicamente durante anos com uma identidade ditada pelos valores capitalistas, sem um projeto político-profissional próprio e um pensamento questionador de si e do outro, o Serviço Social ficou marcado como profissão dependente de terceiros, caracterizada pela repressão e o controle. Apenas ao iniciar interrogações sobre a sua prática e o seu papel na sociedade, a partir da década de 1960, é que a profissão segue o caminho da ruptura de uma identidade cujo eu existia subordinada a uma lógica controladora das ideias transformadoras.

A partir do momento em que se começa a operar um processo de ruptura da alienação, inicia-se o fortalecimento e amadurecimento da identidade profissional. Segundo Martinelli (2005), a parcela crítica dos(das) assistentes sociais inicia

uma verdadeira odisséia, ao longo da qual negavam aquilo que tomaram historicamente por válido e real, superando a certeza sensível e a representação imediata. Tornando-se críticos de sua prática e da identidade à qual estava referenciada, adquiriam condições de refletir, procurando desvendar as tramas do real, para poder compreendê-lo, conhecendo a sua estrutura, captando a sua essência. (MARTINELLI, 2005, p. 140).

A identidade construída, então, tinha uma lógica de acordo com o momento histórico e os ideais da época, caminhando e transformando-se na prática profissional assumida.



Nesse cenário de rompimento com um sistema conservador, o(a) assistente social passa de uma posição acrítica da sociedade para uma postura reveladora e transformadora de si e da sua função social e política. Isso ocorre quando “o meio profissional começa a se ampliar e a se modernizar com rapidez, em consequência da multiplicação das escolas especializadas e da demanda objetiva do Estado e das empresas.” (IAMAMOTO, 1993, p. 35).

Com o desenvolvimento profissional, a profissionalização tomando forma, a base de formação sendo repensada, o Serviço Social passa a atuar, na década de 1970, numa perspectiva mais de autonomia, com uma identidade que se constrói no coletivo objetivando o fortalecimento e a participação dos sujeitos, e uma prática social reconhecida como prática teórica, educativa e política, como diz Martinelli: “toda prática social deve aprender a impulsionar o processo de transformação da realidade” (MARTINELLI, 2005, p. 73).

Visualizando a prática e, conseqüentemente, a identidade sob uma perspectiva histórica, a autora reconhece que toda prática social (e, também, profissional) é teórica por estar em movimento, por articular saberes e ser construída no coletivo; é educativa pela possibilidade que o profissional tem de dialogar e trabalhar com os sujeitos a construção do seu real, da sua história; e, por último, é política pela “possibilidade de operar com projetos políticos que tenham por horizonte a consolidação da democracia e o fortalecimento da cidadania.” (MARTINELLI, 2005, p. 74).

Denota-se que, estas sínteses teóricas apresentadas são pertinentes para fundamentar a defesa de que a identidade profissional do(da) assistente social vem somar forças e saberes na educação escolar, na luta por uma educação pública, inclusiva e de qualidade (dentre outros elementos, com seu acervo teórico e metodológico e sua dimensão política e pedagógica). Mas, para tal, é preciso que se tenha clareza sobre o perfil desse profissional que vem sendo estimulado a diversificar seu campo de atuação e a redefinir sua configuração identitária, diante dos avanços e retrocessos que a realidade apresenta. Um profissional que, na atualidade, tem a educação básica, as escolas, como seu foco central de mobilização para efetiva inserção e trabalho.

IDENTIDADE E INTERVENÇÃO DO(DA) ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A presença do Serviço Social em escolas públicas, no nível da educação básica, ganha maior notoriedade com a promulgação da Lei 13.935/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica. A espera por essa promulgação tem mais de vinte anos de história, persistência, mobilização e resistência. Uma luta coletiva (ora amplamente divulgada, ora mais restrita a



determinados espaços e grupos), que perpassa o universo de profissionais da área – atuantes ou não na política de educação –, estudiosos e pesquisadores sobre a temática do Serviço Social na Educação, órgãos formativos, representativos e de fiscalização da profissão e estudantes em processo formativo no curso de Serviço Social.

Debater as possibilidades da atuação de assistentes sociais na educação básica, a sua *expertise* em instituições escolares, implica considerar que esse profissional tem uma trajetória de formação e prática que propiciou construir competências para assumir esse espaço socioinstitucional. Ao longo dessa formação, as competências e os saberes que norteiam o exercício profissional dos(das) assistentes sociais tiveram como sustentáculo teórico as discussões, deliberações, pesquisas e publicações de profissionais que estudam ou atuam na política de educação, bem como, do Conselho Federal de Serviço Social e dos 27 Conselhos Regionais de Serviço Social (conjunto CFESS-CRESS) atuantes nas unidades federativas do Brasil.

Na atualidade, a percepção construída sobre a identidade do(da) assistente social na educação – os atributos que o caracteriza, o especializa e o torna reconhecido perante outras profissões e na sociedade – parte da própria noção do que seja educação, de qual educação se fala e se defende ao querer fortalecer o reconhecimento das escolas (particularmente, o nível da educação básica) como espaço socioinstitucional de proposição, gestão e atuação.

De acordo com duas publicações do CFESS, que se reportam aos subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação (2011) e às orientações para regulamentação da Lei n. 13.935/2019 (2021), o conceito de educação defendido pela profissão tem coerência com o projeto ético-político profissional do Serviço Social, sendo pautado na perspectiva de uma educação inclusiva, de qualidade, pública, referenciada eticamente, emancipadora e como atividade humana autorrealizadora. Uma educação que é parte do “[...] complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social [...]”. (CFESS, 2011, p. 16)

Pensar a atuação do(da) assistente social na educação básica, particularmente em escolas públicas, é retratar essa função social da educação analisando-a sob a lógica da reprodução da estrutura das relações de força entre as classes ou grupos, como dizia Bourdieu e Passeron (1992), cujas escolas são parte de um sistema que utiliza mecanismos para assegurar o monopólio do conhecimento de uma classe sobre a outra; sistema de ensino que esconde a sua função mais objetiva e específica, que é dissimular a verdade de sua relação com a estrutura das relações de classe. (BOURDIEU; PASSERON, 1992, 216)



Em tempos atuais, arrazoar sobre a educação básica, sobre o sistema de ensino em escolas públicas, vai além de ser um mecanismo de poder de uma classe sobre a outra, mas, sobretudo, trata-se de um modo e espaço de empoderamento, emancipação e protagonismo cultural, social e político. A educação é uma dimensão da vida e da história do ser humano que contribui na formação da sua identidade e se configura como um dos direitos fundamentais do ser humano: a liberdade de ir, vir, falar, ouvir e, sobretudo, pensar e decidir. Afinal, como afirma Mészáros (2008), a educação não é um negócio que funciona suspensa no ar; ela é criação que deve ser qualificada para a vida e se abrir para o mundo.

Sendo criação, é essencial que os profissionais que atuam em espaços de educação formal a compreendam como um processo permanente e persistente que mobiliza diferentes histórias, contextos sociais, saberes, habilidades e competências em uma diversidade de sujeitos, grupos e classes sociais. Histórias e contextos esses que são parte das inúmeras mudanças econômicas, políticas, sociais, culturais, ideológicas, etc, que assolam o mundo na atualidade; transformações profundas, que se manifestam intensamente e não se sabe com clareza os resultados destas na forma concreta do ser social. (TONET, 2005, p. 128).

No caso dos(das) assistentes sociais, é preciso pensar a sua inserção e intervenção em escolas não como o profissional que contribui na transformação social dada a sua formação, mas, como profissional que pode contribuir diante da sua capacidade de apreensão da realidade, de dar visibilidade e atenção às expressões da questão social, de atuar na defesa incessante da garantia da vida e da sociabilidade humana (ALMEIDA, 2021). Afinal, a educação, tão bem difundida e defendida por Freire (2011), tem que ser pensada não como a chave das transformações do mundo, mas, como possibilidade de se exercitar a prática da liberdade e de se interrogar sobre o amanhã. “[...] a existência humana não pode ser muda, silenciosa, [...]. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.” (FREIRE, 2011, p. 23).

Essa atuação deve assumir a natureza ética e política que caracteriza a sua base legislativa (Código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão, Diretrizes Curriculares Nacionais do Serviço Social) e norteia a sua prática; deve buscar



assumir uma identidade, com competências e saberes, que possibilite a comunidade escolar percebê-lo como aliado no jogo de forças que perfazem esse espaço. Para isso, é necessário deixar explícito a sua posição política e ideológica de contribuição na construção, desenvolvimento e emancipação do ser social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em diferentes estados e municípios do Brasil, a política de educação vive um processo de desafios e perdas a ser enfrentado, mesmo diante de uma série de políticas e programas voltados a melhorar e qualificar o ensino na educação básica. Uma melhoria em relação a expandir o número de matrículas por ofertas, ampliar a permanência do estudante na escola, melhorar as condições estruturais dos espaços educativos e qualificar o processo ensino-aprendizagem. Nesse processo de melhorias, a inserção de outros profissionais para contribuir na formação e desenvolvimento de crianças e adolescentes é digna de observação. Dentre esses profissionais, encontra-se o(a) assistente social.

O seu trabalho enraíza-se quando constrói uma rede de relações e articulações dentro e fora da escola; quando mobiliza diferentes instituições (família, conselhos comunitários, centros de saúde, etc.) e profissionais em prol de uma educação produtiva; no instante em que, não só compreende e decifra a realidade, mas, propicia que os outros do seu círculo de trabalho também a analise criticamente; e ao compreender a pesquisa como aliada para o avanço da profissionalização e de uma análise mais apurada da prática profissional.

A inserção e atuação do(da) assistente social na educação básica demanda assumir uma identidade com clareza dos saberes e competências necessários para o seu exercício, de forma que compreenda e se reconheça, também, como produtor de conhecimentos e assuma atitudes de pesquisador em uma área – como a Educação – que não pode tudo, mas pode alguma coisa, entre elas, tornar mais consistente o processo democrático.

Ao definir as competências a serem trabalhadas, os saberes que serão integrados no exercício profissional, cria-se uma base de referência que possibilita orientar o(a) assistente social em sua prática, bem como, aos demais profissionais que compõem a dinâmica



institucional. Essa definição possibilita demarcar a identidade profissional e ser o eixo norteador da sua profissionalização.

Ao assumir uma identidade profissional possuidora de uma dimensão social, educativa e política, o(a) assistente social desenvolve-se profissionalmente na educação com um perfil que não seja o de reproduzir força de trabalho, de equilibrar social e pedagogicamente indivíduos em situação de carência ou com necessidades especiais, mas de ser capaz de propiciar novas respostas, propostas de ação e fomentar uma nova racionalidade e funcionalidade profissional no espaço da educação, especialmente, da educação básica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social na Educação Básica. **Curso de Extensão**. Promoção: CRESS-Sergipe, 29 out. 2021.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

CFESS. **Orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019** – versão 2021. Conselho Federal de Serviço Social. GT de Educação. Brasília, 2021.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Conselho Federal de Serviço Social. GT de Educação. Brasília, 2011.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GUZMAN, Maria Ximena Mendez. **La identidad profesional...** Una cuestión no resuelta en el trabajo social? Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/prodoc.htm>. Acesso em: 8 out. 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Pensar a identidade, eis a tarefa: um ensaio sobre a identidade profissional do Serviço Social. In: KARSCH, Ursula M. (org.). **Estudos do Serviço Social: Brasil e Portugal**. São Paulo: EDUC, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

POURTOINS, Jean-Pierre; DESMET, Huguette. **A educação pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999. p. 51-188.

SOUZA, Íris de Lima. **Serviço Social na Educação: Que saberes? Que competências?** Natal: EDUnP, 2012.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí-RS: EdUnijuí, 2005.

YAZBEK, Carmelita Maria. A escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945. **Cadernos PUC**, n. 6. São Paulo, 1980.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.